69

2011

AUTORIA

DEPUTADO MOÉSIO LOIOLA

MENTA	
<b>2</b>	A ASSOCIAÇÃO CULTURAL ARTE NA PRAÇA
DE GUARACIABA DO NORTE.	Ì
i ,	j
·	
	1
	j
·	
<u> </u>	
D13	TRIBUIÇÃO
À COMISSÃO CONSTITUIÇÃO, JU	
PRESIDENTE: DEPUTADO (A)	SÉRCIO AGUIAR
	Market of The Control
A COMISSÃO	
**************************************	
PRESIDENTE: DEPUTADO (A)	
A COMISSÃO	
PRESIDENTE: DEPUTADO (A)	
THE SIDENTE. DEPOTACO IN	
À COMISSÃO	
PRESIDENTE: DEPUTADO (A)	
À COMISSÃO	
PRESIDENTE: DEPUTADO (A)	
	10 n° 36 12081
	30 30
, .	torato W Ob
	(Autos,
•	Autografo no O6 12061
	· provider





PROJ. DE LEI 69/11
PROTOCOLO DE ENTRADA DO EXPEDIENTE LEGISLATIÑO.
Em 6: /4 , Rec. Por.

CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO CULTURAL ARTE NA PRAÇA DE GUARACIABA DO NORTE

## A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ

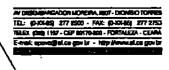
#### **DECRETA:**

Art. 1° - É considerada de Utilidade Pública a Associação Cultural Arte na Praça de Guaraciaba do Norte, associação civil sem fins lucrativos.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

PAÇO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, 6 DE ABRIL DE 2011

Deputado Moésio Loiola Líder do PSDB







#### **JUSTIFICATIVA**

No dia 30 de julho de 200°, foi fundada a Associação Cultural Arte na Praça – ACAP, uma sociedade civil, sem fins econômicos, sem conotação política partidária e sem distinção de cor, raça e religião.

Uma Associação idealizada e criada pelo professor e artista plástico Márcio Pena. Oriunda do Projeto Arte na Praça – PAP.

Tendo como objetivo principal, assegurar um espaço de convivência, socialização e proteção à criança e ao adolescente, na faixa etária de 04 a 18 anos, com o intuito do desenvolvimento das potencialidades inerentes ao público infanto-juvenil, possibilitando a consolidação do pleno exercício da cidadania, proteção ao meio ambiente e a integração familiar e social, seguindo às Diretrizes do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Todos os seus prefessores são voluntários por amor a arte e as crianças de Guaraciaba do Norte.

Em oito anos de existência a ACAP, já foi laureada com os seguintes títulos/prêmios:

- Declarada de Utilidade Pública Municipal, outorgado pela Câmara Municipal em 2001;
- Instituída como Ponto de Cultura, pelo programa Cultura Viva, do Ministério da Cultura, em 2005;
- Recebeu o Certificado de Reconhecimento, pelos relevantes serviços prestados à comunidade guaraciabense, outorgado pela ÚNICA, em 2006; e







Recebeu o Prêmio Escola Viva, do MinC, em 2007.

Acreditam que através da arte pode-se conseguir não só descobrir talentos, mas oferecer uma melhor qualidade de vida, complementando a educação escolar e principalmente interferindo positivamente na formação de personalidade, tornando criançase adolescentes, pessoas dignas e estruturadas para um futuro melhor.

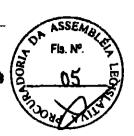
As suas ações e atividades não visam formar artistas ou profissionais, mas disseminar o potencial da arte como meio transformador, estimulando o desenvolvimento das crianças e jovens, gerando a auto-estima dos participantes. Atualmente contando com 80 alunos e alunas, matriculados e frequentando o projeto.

Deputado Moésio Loiola Líder do PSDB

### Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

#### Contribuinto,

Confire os dados de Identificação de Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencia junto à RFB a sua stualização cadastral.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NUMERO DE INSCRIÇÃO 04.047.108/0001-38 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSC CADAS		DATA DE ABERTURA 18/09/2000
NOME EMPRESARIAL ARBOCIACAO CULTURAS TITULO DO ESTABELECIMENTO (	ARTE NA PINACA - ÁCAP		
C: E DESCRIÇÃO DA ATMO	NOE ECONÓMICA PRINCIPAL Essociações de defesa de direitos s	ocleis	
194.93-6-00 - Atividades de	nais s etakometas et etakua) organizações associativas ligadas i sociativas não, específicadas, anterio	routtura e à arte	
ICODIGO E TRESCRIÇÃO DA NATUR 1399-9 - ASSOCIAÇÃO PRI	REZA BIRKYCA VADA I		·····
R TENENTE MATIAS		NOMERO COMPLEMENTO	
	ARRICODISTRATO ENTRO	Nuncipo Guaraciaba do norte	UF CE
SITUAÇÃO ÇADASTRAL ATIVA		DA1	OSTROOG CADASTRAL
MOTIVO DE BITUAÇÃO ÇADASTRA			
SITUAÇÃO ESPECIAL		[24]	A DA SITUAÇÃO ESPECIAL

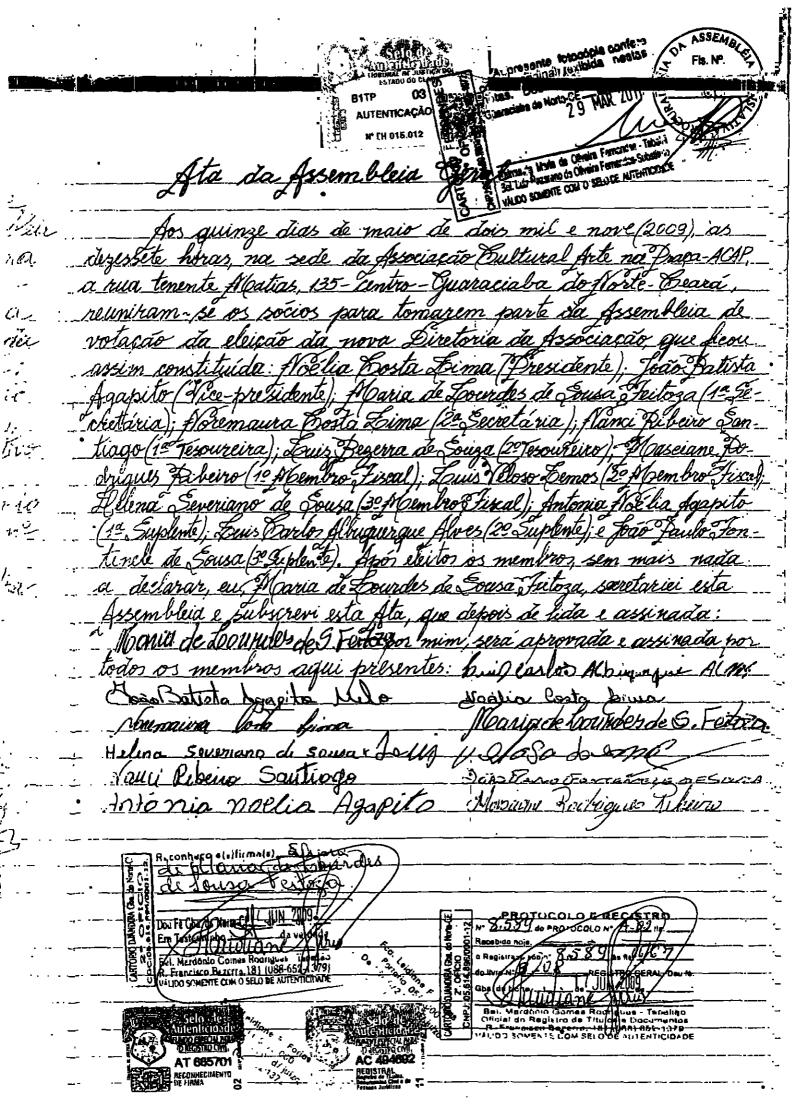
ABY — 10 pela instrução Normativa RFS 17 1.005, de 05 de feverairo de 2019,

Emilido no dia 19/03/2011 ao 69/19/00 (data e hore de Staalija).

Valter

Preparar Página para Impressão

A RFB agradoce a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, clique aqui. Atualize sua página



Bel 1330 ゅ ocimi a original notas. Dou fé. Giaradeba do Norto-CE 3rd Luty Prezerano de Oliveira Fernas dos Subelleso 3d. Lub Presiono de Oliveira Federación Subelle do VALIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICENCE.







## ATESTADO DE FUNCIONAMENTO Nº. 04

Atesto para os devidos fins que a Associação Arte na Praça sediada à Rua Tenente Matias Nº 135 Guaraciaba do Norte — Ceará, registrada no CNPJ sob o Nº. 04.047.109/0001-35 Fundada em 30 de Julho de 2000, com o mandato de sua atual diretoria de visita técnica, está em PLENO FUNCIONAMENTO.

A atual diretoria tem a seguinte composição:

João Batista Agapito Melo

Vice - Presidente

RG: 2002028105599 OE: SSP/Ce CPF: 018.299.683-27 Endereço: Sítio Tamboatazinho – Guaraciaba do Norte – Ce

Maria Ximenes Alves

Tesoureiro

RG: 20070672754 OE: SSP/Ce CPF: 300.655.503 - 15

Endereço: Rua Maria Assunção, 135 - Centro - Guaraciaba do Norte - Ce

Maria de Lurdes de Sousa Feitosa

Secretária

RG: 1032640 OE: SSP/Ce CPF: 665.117.047 - 34

Endereco: Rua Monsenhor Eurico Magalhães Nº, 414 - Centro - Guaraciaba do Norte -

Ce

Atesto outrossim, que seus membros não recebem nenhuma remuneração e/ou gratificação pelos serviços prestados à Entidade.

Guaraciaba do Norte - Ce, 24 de Janeiro de 2011.

Maria Avricelma Martin Fernandes.

Maria Auricelma Martins Fernandes
Presidente de Conselho Municipal de
Assistência Social - CMAS

Obs.: Validade do atestado: 24/01/2011 à 24/01/2013







# CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA

Guaraciaba do Norte - Ce

Atestado de Funcionamento Nº <u>() 4</u>

FIS. Nº. LES

Atesto para os devidos fins que a Associação Arte na Praça sediada à Rua Tenente Matias Nº 135 Guaraciaba do Norte — Ceará, registrada no CNPJ sob o Nº. 04.047.109/0001-35 Fundada em 30 de Julho de 2000, com o mandato de sua atual diretoria de visita técnica, está em PLENO FUNCIONAMENTO.

A atual diretoria tem a seguinte composição:

João Batista Agapito Melo

Vice - Presidente

RG: 2002028105599 OE: SSP/Ce CPF: 018.299.683-27 Endereço: Sítio Tamboatazinho – Guaraciaba do Norte – Ce

Maria Ximenes Alves

Tesopreiro

RG: 20070672754 OE: SSP/Ce CPF: 300.655.503 - 15

Endereço: Rua Maria Assunção, 135 - Centro - Guaraciaba do Norte - Ce

Maria de Lurdes de Sousa Feitosa

Secretária

RG: 1032640 OE: SSP/Ce CPF: 665.117.047 - 34

Endereço: Rua Monsenhor Eurico Magalhães Nº. 414 - Centro - Guaraciaba do Norte -

Ce

Atesto, outrossim, que seus membros não recebem nenhuma remuneração e/ou gratificação pelos serviços prestados à Entidade.

Guaraciaba do Norte - Ce, 24 de Janeiro de 2011.

Ariane Nobre Ribeiro
Presidente do CMDCA

Obs.: Validade do atestado: 24/01/2011 à 24/01/2013

#### - IMPRIMIR - - VOLTAR -



#### Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 04047109/0001-35

Razão Sociai: ASSOCIAÇÃO CULTURAL ARTE NA PRAÇA ACAP

Endereco: RUA LAURENTINO DE OLIVEIRA MEMORIA 51 / FANUCÃO /

GUARACIABA DO NORTE / CE / 62380-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribulção que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 17/03/2011 a 15/04/2011

Certificação Número: 2011031716301812804130

Informação obtida em 17/03/2011, às 16:30:18.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa: www.caixa.gov.br







## Certidão Negativa de Débitos Estaduais Nº 201101231461

Emitida para os efeitos da Instrução Normativa Nº 13 de 02/03/2001

IDENTIFICAÇÃO DO(A) REQUERENTE	
Inscrição Estadual: ************************************	
CNPJ / CPF: 04.047.109/0001-35	
RAZÃO SOCIAL: ************************************	

Ressalvado o direito da Fazenda Estadual de Inscrever e cobrar as dívidas que venham a ser apuradas, certifico, para fins de direito, que revendo os registros do Cadastro de Inadimplentes da Fazenda Pública Estadual - CADINE, verificou-se nada existir em nome do(a) requerente acima identificado(a) até a presente data e horário, e, para constar, foi emitida esta certidão.

> EMITIDA VIA INTERNET EM 17/03/11 ÀS 16:26:54 VÁLIDA ATÉ 16/05/2011

A autenticidade deste documento deverá ser comprovada via Internet, no endereço www.sefaz.ce.gov.br







## MINISTÉRIO DA FAZENDA Procuradoria Geral de Paxenda Macional Secretaria da Recelta Federal do Brasil

#### CERTIDÃO CONJUNTA MEGATIMA DE DEBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E A SÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: ASSOCIAÇÃO CULTURAL ARTE NA PRAGA - AGAP GNPJ: 94.947.189/9001-35

Resealvado o direito de a Fazenda Nacamala cebrar e inecrever (quanquier, divides de responsabilidado do sulato passivo acama interintado que yenem a ser antinadas à carincado que hão constam pendências em esti[rorim pelativas]a[tributos]administrados]pela,Secretaria da Receita] Padarel de Breal (RPB) e a Inscholas em [Divida] Albes de União butto & Procuradore Garal; de Fazenda Nacional (POFN).

Esta certidão, emitida em nome de metriz e válida para todos ao ausa filiais, refere-sa exclusivamente à situação do sujeito passivo no ambito da RFB o da PÚFN, não abrangendo as contribuições providenciárias e as contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusivo as inscritas em Divido Aliva do Instituto Macional do Baguro Social (IMBB), objeto de cardida específica.

A aceltação desta contidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos enderecce <nep://www.recetta.facenda.gov.br> ou <nep://www.pcfn.facenda.gov.br>.

Certidão emitida com base na Porteria Conjunta PGFN/RFB nº 3, de 02/05/2007. Emilida da 18:00:50 do dia 04/01/2011 chora a data da Brasilla». VAlida ató 03/07/2011.

Codigo de controle de certidas; DDGS,2961,416A,1097

Cartidge emilide gratuitamente.

Alencão: qualquer racura ou errenda invalidare este documento.

Nova Consulta



Atuatize sua página Política de Privacidade e Uso Página Inicial Unidades de Atendimento Fale Conosco Receitafone - 146 Ouvidoria



#### Receita Federal







#### MINISTÉRIO DA FAZENDA Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional Secretaria da Receita Federal do Brasil

#### CERTIDÃO CONJUNTA NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: ASSOCIAÇÃO CULTURAL ARTE NA PRAÇA - AÇAP

CNPJ: 04.047.109/0001-35

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dividas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Divida Ativa da União junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão, emitida em nome da matriz e válida para todas as suas filiais, refere-se exclusivamente à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN, não abrangendo as contribuições previdenciárias e as contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive as inscritas em Divida Ativa do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), objeto de certidão específica.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <a href="http://www.receita.fazenda.gov.br">http://www.receita.fazenda.gov.br</a> ou <a href="http://www.pgfn.fazenda.gov.br">http://www.pgfn.fazenda.gov.br</a>.

Certidão emitida com base na Portaria Conjunta PGFN/RFB n<sup>0</sup> 3, de 02/05/2007. Emitida às 16:00:59 do dia 04/01/2011 <hora e data de Brasilia>. Válida até 03/07/2011.

Código de controle da certidão: DD6B.2BC1.41CA.1DD7

Certidão emitida gratuitamente.

Atenção: qualquer resura ou emenda invalidará este documento.

Nova Consulta

Preparer página pera Impressão

Atuatina sua página Política de Privacidade e Uso Página Inicial Unidades de Atendimento Fate Conosco Receitatione - 146 Ouvidoria.

l de 1



#### CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS ÀS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS E ÀS DE TERCEIROS

Nº 001172011-05022040

Nome: ASSOCIACAO CULTURAL ARTE NA PRACA - ACAP

CNPJ: 04.047.109/0001-35

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome relativas a contribuições administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU).

Esta certidão, emitida em nome da matriz e válida para todas as suas filiais, refere-se exclusivamente às contribuições previdenciárias e às contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive às inscritas em DAU, não abrangendo os demais tributos administrados pela RFB e as demais inscrições em DAU, administradas pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), objeto de Certidão Conjunta PGFN/RFB.

Esta certidão é valida para as finalidades previstas no art. 47 da Lei nº 8,212 de 24 de julho de 1991, exceto para:

- averbação de obra de construção civil no Registro de Imóveis;
- redução de capital social, transferência de controle de cotas de sociedade limitada e cisão parcial ou transformação de entidade ou de sociedade sociedade empresária simples;
- baixa de firma individual ou de empresário, conforme definido pelo art.931 da Lei nº 10.406, de 10 de Janeiro de 2002 - Código Civil, extinção de entidade ou sociedade empresária ou simples.

A aceitação desta certidão está condicionada à finalidade para a qual foi emitida e à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço <a href="http://www.receita.fazenda.gov.br">http://www.receita.fazenda.gov.br</a>.

Certidão emitida com base na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 01, de 20 de janeiro de 2010.

Emitida em 04/01/2011. Válida até 03/07/2011.

Certidão emitida gratuitamente.

Atenção:qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.





#### ESTADO DO CEARÁ

#### PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA DO NORTE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS SETOR DE TRIBUTOS



FIS. Nº.

## CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS MUNICIPA

Nº CERTIDÃO

19

#### DADOS DO CONTRIBUINTE

NOME / RAZAO SOCIAL CPF /CNPJ			
825-0 ASSOCIACAO CULTURAL ARTE NA PRACA - ACAP 04.047.109/0001-35			
ENDEREÇO	N°	BAIRRO	CIDADE
0 RUA TENENTE MATIAS	135	ENTRO	GUARACIABA DO NORTE CE

Protocolado nesta repartição, revendo os arquivos fiscais competentes referentes aos exercícios anteriores e o atual, certificamos que nenhum débito foi encontrado em nome do requerente, ressalvado o direito da Fazenda Pública Municipal de inscrever e cobrar débitos que venham a ser apurados, pelo que expedimos a presente Certidão com prazo, na forma da LEI N° 832/2005 - Código Tributário do Município

07.569.205/0001-31

PREFEITURA MUNICIPAL UN GUARACIABA DO NORTE-

Avenida Monsenhor Furtado,51 Cep 62 380-000 Centro

\_ Guaraciaba do Norte CE \_\_:

**OUTRAS INFORMAÇÕES** 

DATA DE EMISSÃO

10 de Janeiro de 2011

DATA DA VALIDADE

10/04/2011

Nº PROTOCOLO

10018250

DIALMA SOARES DE SOUSA DIRETOR DE TRIBUTOS

Setor de Tributos

Av. Monsenhor Furtado, 55 - Centro - Guaraciaba do Norte - Ceará - CEP 62380-000 - Fone: (88) 3652-2150

LIDÓ NO EXPEDIENTE DA 3	_ SESSÃO LEGISL 1_BESSÃOORI	CEARÁ ATTVA DINÁRIA
DESPA  (~) Publique-se e Inclua-e  Inclua-se na Ordem d  Encaminhe-se ao Gal	e em Pauta o Dia em Dinete da Presidên	cia.
Em: 7 / 4 / 2011	or da Proposição	6
Em:_1_7_2011	Proplema / Se	a etário

PUBLICADO

್ರಾರ್ಥಿಸಿಕ್ಕಾ encaminha-se a

Presidente





PROJETO DE LEI N°. 69 /2011

Encaminhe-se à Procuradoria.

Comissão de Justiça, em <u>07 / 04 /</u>2011

DEPUTADO SÉRGIO AGUIAR
Presidente da CCJR





PROJETO DE LEI №.	69/11
DEPUTADO (A)	MOÉSIO LOIOLA
EMENTA:	Considera de Utilidade Pública a Associação Cultural Arte na Praça de Guaraciaba do Norte.

Encaminhe-se ao Senhor Coordenador

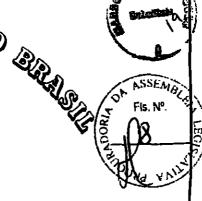
Fortaleza, 07 de abril de 2011.

P/O Antônia Vilma lavallante Galvas
RENO XIMENES PONTE

PROCURADOR
Assembleia Legislativa do Estado do Ceará

REDERATIVA DO STRANGEROS





ESTADO DO CEARÁ

## **COMARCA DE GUARACIABA DO NORTE**

# CARTÓRIO **D J A N D I R A** 2º OFÍCIO

Bel. MARDÔNIO GOMES RODRIGUES

Oficial do Registro de Pessoas Jurídicas.

Rua: Francisco Bezerra, nº 181 (Fone-Fax: 088 - 3652.1379)

CGC nº 05.614.896 / 0001 - 12.

# REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS

# **CERTIDÃO**

CERTIFICO, em face do que me confere a Lei e a requerimento da parte interessada que: às fls. 196v do Livro 01-A, sob o n. 3.117, foi feito o PROTOCOLO, e em 18/setembro/2.000, no Livro "A"-02 (PESSOAS JURÍDICAS), sob o n. 114, ATO n. 063, o REGISTRO INTEGRAL DO ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO CULTURAL ARTE NA PRACA - ACAP, fundada em 30/Julho/2.000. FERMOJU e FERC recolhidos. Válida somente com SELO de AUTENTICIDADE. Está conforme o original.

Guaraciaba do Norte - Ce., 07 / JULHO / 2.006.

Bel . *MARDÔNIO/GOMES RODRIGUES -*

Oficial do Registro de Pessoas Jurídicas.

DJANOIR Agnio Genia Oficial de Reg (māve), S • Tabellão ARCIABA DO NORT

APRIL OF THE STATE OF THE STATE

official employ negical present forecapts confirm Deŭ M.

ES I VICIES SOLATITE COM O CELOTE AUTENTICIONE

010413



#### Associação Cultural Arte na Praça – ACAP (De Utilidade Pública-Lei Municipal 715/2001) "Educando para a Cidadania" CNPJ: 04.047.109/0001-35



#### **PONTO DE CULTURA**

#### ATESTADO DE FUNCIONAMENTO

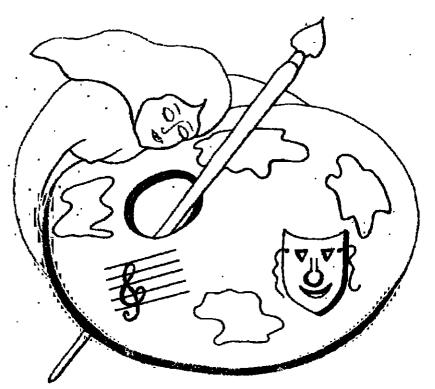
Atesto, junto a Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, para o pedido de Título de Utilidade Pública Estadual, que a Associação Cultural Arte na Praça — ACAP, CNPJ: 04047.109/0001-35, funcionando no município , a rua Tenente Matias, 135 — Centro — Guaraciaba do Norte — Ce, CEP: 62380-000, onde realiza suas atividades culturais desde 1996.

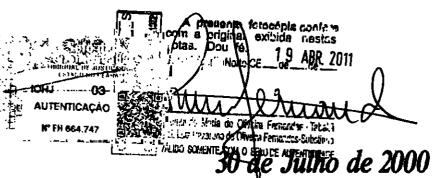
Guaraciaba do Norte - Ce, 19 de Abril de 2011.

Orden dos Agostinianos Recoletos Paláncia da São Hicolau de Tolentino

# ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO CULTURAL ARTE NA PRAÇA









## **CAPÍTULO I**

DA DENOMINAÇÃO, SEDE, DURAÇÃO, NÚMERO DE AS-SOCIADOS E OBJETIVOS:

- Art. 1°) A Associação Cultural Arte na Praça ACAP é uma sociedade civil, sem fins lucrativos, de duração ilimitada e o exercício social coincidirá com o ano civil, com sede na Travessa José Bezerra, s/n, alto Centro CEP 62380-000, Guaraciaba do Norte e foro jurídico na Comarca de Guaraciaba do Norte, Estado do Ceará.
- Art. 2°) O número de associados é ilimitado e reger-se-á por este Estatuto e pelas disposições legais aplicáveis.

Art. 3°) São objetivos da Associação:

- a) Promover atividades de dança, música, teatro, desenho, poesia, artesanato, literatura, pintura, que desenvolvam a autoestima, a criatividade e a socialização das crianças e adolescentes entre si e com seus familiares;
- b) Fortalecer o hábito de trabalhar em grupo;
- c) Estimular a prática de leitura e cultura como forma de lazer;
- d) Incentivar as crianças e adolescentes e pensar, criar e recriar;
- e) Oportunizar o enriquecimento do vocabulário das crianças e adolescentes, bem como leva-los a compreender o conteúdo das leituras;
- f) Assegurar um espaço de convivência e socialização;
- g) Promover, fomentar e incentivar a produção e comercialização das peças produzidas pelas crianças e adolescentes;
- h) Buscar apoio e incentivo nas instituições públicas, privadas e outras;

i) Estimular a união e o espírito associativo entre os associados:

j) Defender os direitos e interesses dos associados

on a original exibida nestos notas. Dou je

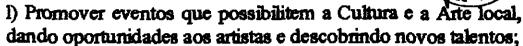
HISDS do Note: FE-1-9- ABR 2011

VGZC 03()

Nº FH ASA 748

177 Media de Olectra Franciscos - Tabol de Amariano de Olectra Franciscos Subsão BONSTATE COM OLEGA ANDREAS





- m) Formar uma Banda de Música para que possa apresentar-se em cerimônias cívicas, religiosas e manter tradições culturais;
- n) De uma nova proposta de educação para a cidadania e proteção ao meio ambiente;
- o) Tornar a praça um local de aprendizagem, integração e lazer,
- p) Levar Arte, Cultura e Lazer aos Distritos e Sítios do município.

PARÁGRAGO ÚNICO: A Associação perseguirá seus objetivos sem qualquer distinção de cor, religião e partido político.

## CAPÍTULO II

#### DOS ASSOCIADOS

Art. 4°) A Associação é constituída pelas famílias dos alunos do Projeto Arte na Praça e pessoas que queiram filiar-se à Associação

Art. 5°) Os associados são:

- a) Sócios fundadores: Pessoas que fizeram parte da 1ª Diretoria da Associação;
- b) Sócios efetivos: Pais dos alunos do Projeto Arte na Praça e pessoas que se filiarem à Associação após Assembléia Geral de fundação.

PARÁGRAFO ÚNICO: A filiação do novo sócio dar-se-á com o preenchimento da Ficha Inscrição de Sócio e da Ficha Cadastro do Aluno ao Projeto Arte na Praça e sendo divulgado em Assembléia Ordinária ou Extraordinária o nome do novo sócio.

## CAPÍTULO III

DOS DIREITOS, DEVERES E RESPONSABILIDADES DOS SÓCIOS

J1TM 03
AUTENTICAÇÃO
Nº FH 864 749

A Areaente fraccipie confere com a original exibida nestos lotas Dou fé. 9 ABR 201 lucando de Norto DE Que de \_\_\_\_

Robuser's Marks de Conta Fernancia - Istalia 941 Lais Imazzana de Contra Fernancia-Salvairio Interno convento costa O Salvaire Autrenticipate





Art. 6°) São direitos dos associados:

- a) Gozar de todas as vantagens e beneficios que a associação venha a conceder,
- b) Ser informado das atividades desenvolvidas pela Associação e da atuação da Diretoria;
- c) Requerer a convocação da Assembléia Geral Extraordinária, desde que justifique a necessidade e represente 2/3 dos sócios;
- d) Participar das Assembléias e Reuniões, discutindo, dando as sugestões e votando os assuntos em pauta;
- e) Quando julgar conveniente, o sócio poderá solicitar da Diretoria o seu desligamento;
- f) Ter poder a partir da filiação, acesso ao Estatuto e posse de carteira de sócio constando nome, naturalidade, endereço, data de admissão, assinatura do sócio e do presidente;
- g) Qualquer associado poderá recorrer, dentro de até 30 (trinta) dias, a outra Assembléia Geral, mediante a qualquer ato lesivo de direito ou contrário a este Estatuto;
- h) Participar de excurções, viagens, passeios, acampamentos que por ventura vier a acontecer na Associação, desde que esteja com a sua contribuição mensal em dia.

## Art. 7°) São deveres dos associados:

- a) Participar das Assembléias e Reuniões, discutindo e votando os assuntos de interesse geral da Associação;
- b) Cumprir e respeitar o Estatuto e todas as decisões tomadas em Assembléias Ordinárias e Extraordinárias;
- c) Pagar a contribuição mensal, estipulada nas reuniões;
- d) Honrar pelo bom nome da Associação, zelar e defender o seu patrimônio;
- e) Cumprir com dedicação as nomeações que lhe forem determinadas pela Assembléia Geral, bem como atender às convocações da Diretoria, salvo motivo justificado;
- f) Comunicar à Associação a mudança de endereço;
- g) Pagar as contribuições mensais até o 5° dia de cada mês;
- h) As mensalidades serão atualizadas sempre que necessária, em Assembléia Geral Ordinária ou Extraordinária:

Com a original existing notate. Dou fé.

Guzadate do Norto de 1 9 ABR 2011

Retrieur de Merite de Chroine Fernances - Tebal.

36. Lete Propose and de Official Fernances Substitute.

Via pre-spreadure com a con-

BMQT 03 E





PARÁGRAFO ÚNICO: Nenhum associado deverá dar opinião sobre qualquer ato dos membros da Diretoria, do Conselho Fiscal e dos associados, sem antes verificar e debater o assunto em reunião.



## **CAPÍTULO IV**

#### DAS PENALIDADES

Art. 8°) Os associados estão sujeitos às seguintes penalidades:

- a) Em caso de desligamento por motivo pessoal, por furto ou ausência em três Assembléias consecutivas, deverá assumir as suas dividas perante a Associação;
- b) O sócio que se desligar da Associação por qualquer motivo não terá direito a beneficios, à posse e uso do patrimônio da Associação;
- c) O sócio que não cumprir o Estatuto e as decisões das Assembléias será advertido por escrito duas vezes e, na terceira advertência, será desligado da Associação;
- d) O sócio será desligado por má conduta, espírito de discordância associativa, falta cometida contra o patrimônio moral ou material da Associação;
- e) Será suspenso por prazo definido pela Assembléia se não cumprir suas obrigações perante a Associação.

# **CAPÍTULO V**

## DA ELEIÇÃO E DA POSSE

Art. 9°) A eleição para a escolha da nova Diretoria e do Conselho Fiscal ocorrerá de dois em dois anos, devendo acontecer 30 (trinta) dias antes do término do mandato da Diretoria e do Conselho Fiscal em exercício.

Art. 10°) Fica estabelecido que as futuras eleições serão por voto direto, devendo os sócios apresentarem as chapas até 15 (quinze dias) antes da eleição.

com a original exibida nestes notas Dou fé.

Présento Media de Cércles Fernantes - Tebal.

Stil List Progrand de Cércles Fernantes Sideste de Vicinio de Cércles de Cercles de Ce



- Art. 11°) Votar e ser votado para cargos eletivos é um direito um dever adquiridos pelos sócios fundadores e pelos sócios efeti-VOS.
- Art. 12°) O processo eleitoral será dirigido por uma comissão cleitoral composta de um presidente de mesa, um vice-presidente e um mesário que serão eleitos em Assembléia Geral convocada para este fim.
- Art. 13°) Cabe à comissão eleitoral toda a responsabilidade das eleições, tanto na sua organização como das decisões necessárias para encaminhar o processo eleitoral.
- Art. 14°) Os candidatos escolherão um fiscal para cada chapa que comporá o processo eleitoral e fiscalizarão o processo eleitoгаі.
- Art. 15°) O Edital de Convocação das eleições será feito e publicado com 30 (trinta) dias de antecedência pela comissão eleitoral, onde constará a data das eleições e o período de inscrição das chapas.

## CAPÍTULO VI

SÃO ÓRGÃOS LEGAIS DA ASSOCIAÇÃO:

- A) ASSEMBLÉIA GERAL
- B) DIRETORIA
- C) DIRETOR DE RELAÇÕES PÚBLICAS
- D)CONSELHO FISCAL
- E) SUPLENTES

## A) ASSEMBLÉIA GERAL:

Art. 16°) A Assembléia Geral, Ordinária e Extraordinária é o órgão supremo da Associação e tomará toda e qualquer decisão de interesse dos associados.

Art. 17°) A Assembléia Geral é constituida por todos os sócios ou pelo menos por 2/3 dos sócios que estejam em pleno exercicio de seus direitos.

Gueracieba do Norto-S

rmaze ena de Oliveria Faciazione Salestiria



Art. 18°) A Assembléia Geral Extraordinária será convocada pelo Conselho Fiscal, Diretoria da Associação ou por 2/3 dos associados sempre que for necessário.

Art. 19°) A Assembléia Geral ou Extraordinária será convocada com 05 (cinco) dias de antecedência, através de editais colocados em locais públicos, divulgação em rádio, com data, horário e local da reunião.

Art. 20°) As Assembléias serão registradas no Livro ATA. com a assinatura dos sócios presentes.

PARÁGRAFO ÚNICO: No caso da convocação ser feita por associados, o Edital será assinado pelo número de associados determinado no Art. 10°.

## Art. 21°) À Assembléia Geral compete:

- a) Alterar o Estatuto;
- b) Eleger ou destituir o Conselho Fiscal ou a Diretoria:
- c) Examinar o balanço financeiro e anual apresentado pela Diretoria; e
- d) Tomar decisões de interesse da Associação:

PARAGRAFO UNICO: Todas as deliberações deverão ser aprovadas pela maioria de 2/3 e registrada em ATA devidamente assinada pelos sócios presentes.

## B) DIRETORIA

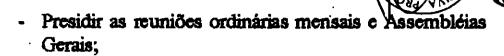
A Diretoria será composta de: 01 (um) Presidente, 01 (um) Vice-Presidente, 1° e 2° Secretários, 1° e 2° Tesoureiros e 01 (um) Diretor de Relações Públicas.

Art. 22°) São obrigações dos membros da Diretoria:

a) Compete ao Presidente:

esento, fotocopia conte e original exibi Dou fé.

VALIDA SOMENTE COM O SZLUTE AUTENTICIONE



- Assinar, juntamente com o Secretário, convênios firmados com entidades públicas, privadas ou particulares;
- Convocar reuniões de Assembléias Gerais, Ordinárias e Extraordinárias; e
- Assinar, juntamente com o Tesoureiro, cheques, recibos, quitações e todo e qualquer documento que se relacione com fundos da sociedade e alteração do seu patrimônio.

## b) Compete ao Vice-presidente:

- Substituir o Presidente nas suas faltas e impedimentos.
- c) São obrigações do 1º Secretário:
  - Redigir as ATAS das reuniões e das Assembléias Gerais Ordinárias e Extraordinárias;
  - Assinar, juntamente com o Presidente, as convocações para as reuniões de Assembléias Gerais;
  - Organizar em arquivos todas as correspondências recebidas e expedidas;
  - Manter organizado o fichário ou relação dos sócios;
  - Apresentar um relatório periódico das atividades em reunião da sociedade e um relatório anual por ocasião da Assembléia Geral de posse da nova Diretoria; e
  - Não faltar às reuniões ou Assembléias Gerais sem justa causa.

d) Compete ao 2º Secretário:

com e original lexibida mesics notas. Dou fé. 1 9 ABR 20 Guanciaba do Norto CE de de

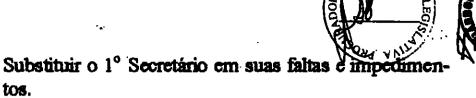
Reinaur (g. Myria de Oévoira Memoridos - Tabal ( 3:1. Lutuétrazarono de Official Perpandos-Substanto

1 - Stal Luz (fizzaturo of Universi Perdictes Subsi 考しyaldo Somente Cuya o Sellar Autentics

UTENTICAÇÃO

u: FU 804 764

10



e) São obrigações do 1º Tesoureiro:

tos.

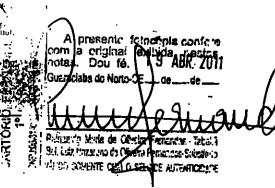
- Receber as mensalidades dos sócios, na forma estabelecida pela Assembléia Geral;
- Assinar conjuntamente com o Presidente, cheques, recibos e outros documentos de operações financeiras, dar quitações, receber subvenções e doações e tudo o mais que envolva os recursos e bens da sociedade:
- Trazer em dia e em perseita ordem a contabilidade da sociedade, recebendo inclusive o parecer do Conselho Fiscal nas prestações de contas mensais:
- Manter arquivada uma relação de todos os bens (móveis e imóveis) da sociedade;
- Apresentar, para aprovação em Assembléia Geral de posse da nova Diretoria, um balancete relativo ao período de mandato que se finda, com o devido parecer do Conselho Fiscal; e
- Não faltar às reuniões ou Assembléias sem justa causa.
- f) Compete ao 2º Tesoureiro:
  - Substituir o 1º Tesoureiro em suas faltas e impedimentos.

# C)DIRETOR DE RELAÇÕES PÚBLICAS

Art. 23°) Compete ao Diretor de Relações Públicas:

N' EH BB4 75E

a) Fazer matéria para os eventos a serem realizados pela Associação e enviar às emissoras de rádio, TV e outras para divulgação.



- b) Dar entrevistas nas emissoras de rádio. TV e outras, sobre qualquer evento a ser realizado pela Associação, desde que do conhecimento prévio do presidente; e
- c) Fazer contatos e negociações para apresentações das atividades da Associação nos Distritos e Sítios, outras cidades ou países.

## D)CONSELHO FISCAL

- Art. 24°) O Conselho Fiscal é composto por 03 (três) membros da Associação eleitos diretamente pelos sócios.
- Art. 25°) Os membros do Conselho Fiscal não receberão remuneração de qualquer espécie.
  - Art. 26°) Compete ao Conselho Fiscal:
  - a) Fiscalizar os atos financeiros da Associação e manter os associados informados;
  - b) Dar parecer e apreciar os balanços;
  - c) Tomar parte nas reuniões da Diretoria;
  - d) Dar conhecimento à Diretoria e associados das irregularidades verificadas:
  - e) Apresentar e decidir sugestões sobre as atividades e uso do recurso financeiro da Associação;
  - f) Elaborar Plano de Ação juntamente com a Diretoria;
  - g) Tomar parte nas reuniões da Diretoria e auxilia-la nos trabalhos em prol do desenvolvimento da Associação; e
  - h) Não faltar às reuniões ou Assembléias Gerais sem justa cau-**S**2.

E)SUPLENTES

Art. 27°) Compete aos Suplentes:

eratnos algóspis enteren notaal Dou fé. Guargicioba do Norto-CE.





- a) Substituir os membros do Conselho Fiscal em suas faltas e impedimentos;
- b) Não faltar às reuniões ou Assembléias Gerais, sem justa causa: e
- c) Tomar parte nas reuniões da Diretoria e auxilia-la nos traba-Ihos em prol do desenvolvimento da Associação.

## CAPÍTULO VII

DO PATRIMÔNIO, DOS FUNDOS E DAS DESPESAS

Art. 28°) O patrimônio da Associação será formado por.

- a) Valores, bens móveis e imóveis adquiridos pela Associação;
- b) Doação e contribuição mensal dos associados; e
- c) Percentual da receita gerada pelos grupos produtivos.
- Art. 29°) Os bens móveis e imóveis da Associação serão registrados em um livro próprio, o qual será registrado pela DIRETO-RIA no dia da posse a quem compete conferir a existência dos bens e passarão para a custódia.
- Art. 30°) As alterações do Patrimônio da Associação (bens móveis e imóveis) só poderão se processar mediante a autorização da Assembléia Geral convocada para este fim.
- Art 31°) No caso de dissolução da Associação, os bens remanescentes na dissolução ou liquidação deverão ser destinados, por Assembléia à entidade que realize trabalho semelhante no município ou para uma instituição pública, devidamente registrada.
- Art. 32°) O Balanço Geral, incluindo a apresentação de receitas e despesas, será realizado mensalmente.

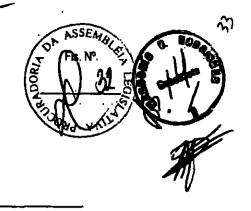
## CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- Art. 33°) Só poderá participar dos beneficios adquiridos pela Associação, o associado filiado que esteja no gozo de seus direitos e deveres sociais.
- Art. 34°) No caso de distribuição, empréstimo, doações e arrendamento de alguns bens adquiridos pela Associação, serão seguidos os seguintes critérios de prioridades:
  - a) Os sócios que estiverem em dia com as contribuições mensais determinadas pela Associação;
  - b) Os sócios e filhos que participarem com mais frequência nas aulas do Projeto Arte na Praça; e
  - c) Os sócios e filhos que tiverem engajados nos grupos produtivos.
- Art. 35°) O presente Estatuto poderá ser reformado, no seu todo ou em parte, pela vontade da maioria (estabelecido no Art. 10°) dos sócios reunidos em Assembléia Geral convocada para este fim.
- Art. 36°) Os casos omissos no presente Estatuto, bem como a interpretação de Artigos e Parágrafos que possam deixar dúvidas, serão resolvidos pela Assembléia da maioria como está estabelecido no Art. 10°.
- Art. 37°) Será considerado abandono de cargo e automaticamente demitido da função, qualquer membro da Diretoria que deixar de comparecer sem motivo justificado a 03 (três) reuniões consecutivas.
- Art. 38°) A Associação poderá receber orientação de outros órgãos assim como de qualquer fonte, desde que esta orientação se ja julgada necessária, a critério da Diretoria.

Art. 39°) O presente Estatuto entrará em vigor a partir da data de sua aprovação pela Assembléia Geral de fundação e registrado no Cartório local.

Com a original existida regitas notas. Dou le existida regitas regitas



inde Penha Rodrigues Presidente

Sitio Passagem das Pedras, s/n Guaraciaba do Norte-Ce

Artista Plástico/Professor Identidade: 97028045451 SSP-CE

CPF: 097.215.927-49

ária Mesquita Costa Rodrigues

Vice-Presidente

Sitio Passagem das Pedras, s/n

Guaraciaba do Norte-Ce

Costureira

Identidade: 5810642 MM-RJ

CPF: 208.240.843-49

Maria de Lourdes de Sousa Feitoza.

1° Secretária

R. Mons. Eurico Magalhães, 414

Guaraciaba do Norte-Ce

Auxiliar de Enfermagem

Identidade: 1032.640 SSP-CE

CPF: 665.117.047-34

Maria Liduína de Sousa Melo 2º Secretária

R. Ver Anto Furtado Filho, 330 Guaraciaba do Norte-Ce

Funcionária Pública

Identidade: 142.8979-87 SSP-CE

CPF: 243.385.759

D ESTOCE VOLEMENCIONIE



Valdina Alves de Oliveira

Valdina Alves de Oliveira

1° Tesoureira

Trav. Ver. João Benjamin, 119

Guaraciaba do Norte-Ce

**Professora** 

Identidade: 2394160-92 SSP-CE

CPF: 646.275.783-34

Bamunda Luca Varlable

Raimunda Zaira Carvalho

2° Tesoureira

R. Clínio Memória, 311

Guaraciaba do Norte-Ce

Professora

Identidade: 865498 SSP-CE

CPF: 134.552.733-00

Phoestiane Kereina de Limachodriques

Christiane Pereira de Lima Rodrigues

Diretora de Relações Públicas

R. F<sup>co</sup> Bezerra, 582

Guaraciaba do Norte-Ce

Professora

Identidade: 950.290.966-57 SSP-CE

CPF: 348.737.593-15

Marcio Aragão dos Santos

Conselho Fiscal (1° membro)

Trav. Dorotéia Marinho, 98

Guaraciaba do Norte-Ce

Músico

Identidade: 3040598-96 SSP-@F

A presente setocopia conformation a original exibida nestas hotas Dou fé. 11 0 App. 200

aciales do Norto-E- de\_

TENTICAÇÃO

TO SOMETITE COM O SET OF A METATIONS





Estevan Aguiar Rubim Conselho Fiscal (2° membro) Rua Amoninzinete, 54

Guaraciaba do Norte-Ce

Artista Plástico Identidade: 284.684 SSP-MA CPF: 079.553.163-04

Maria Deni

Maria Leni de Araújo Farias Conselho Fiscal (3° membro) Rua Jerônimo Memória, 101 Guaraciaba do Norte-Ce Profissão: do lar

Identidade: 456.455-82 SSP-CE CPF: 204.549.373-34

Helma Severmono de Sousa Helena Severiano de Sousa

Suplente (1° membro)

Rua Senador Catunda, s/n

Guaraciaba do Norte-Ce

Agente de Saúde

Identidade: 2394277-92 SSP-CE

CPF: 247.451.703-00

Mariodocasmovall

Maria do Carmo Vale Suplente (2° membro) Sitio Vila Nova

Guaraciaba do Norte-Ce

Comerciante

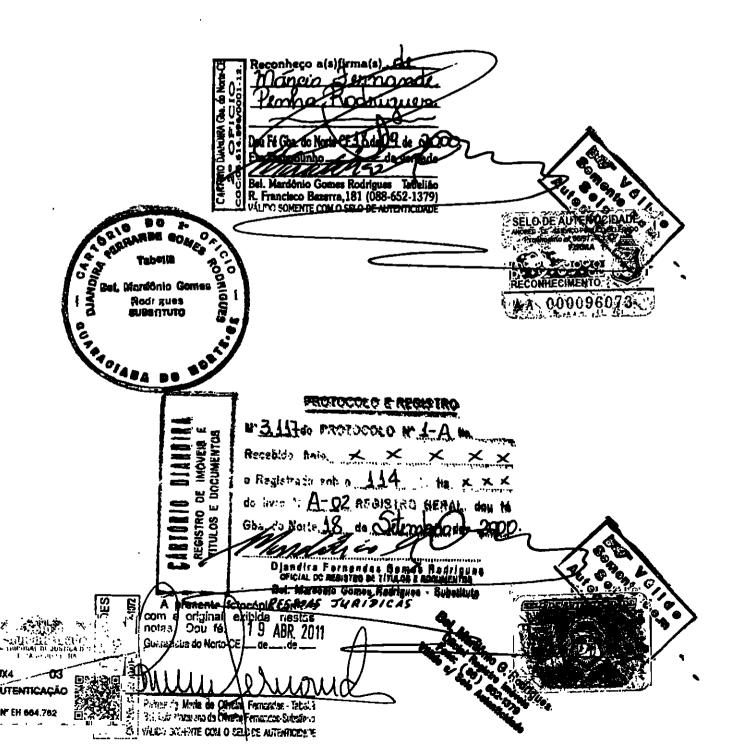
Identidade: 2110029-91 SSP-CE

CPF: 484.012.933-91

Francisca Mauristela Carvalno Aragão
Suplente (3º membro)
R. F<sup>co</sup> Bezerra, 100
Guaraciaba do Norte-Ce

Professora Identidade: 2091423-90 SSP-CE CPF: 431,262,513-15

Guaraciaba do Norte, Ceará, 30 de julho de 2000.





## Associação Cultural Arte na Praça — ACAP (De Utilidade Pública-Lel Municipal 715/2001) "Educando para a Cidadania" CNPJ: 04.047.109/0001-35



#### **PONTO DE CULTURA**

#### **RELATÓRIO DE ATIVIDADES - 2010**

- \* Oficina de Animação Aconteceu no período de 02 à 06 de janeiro de 2010, com participação de 10 pessoas da comunidade.
- \* III Colônia de Férias No período de 06 à 12 de Janeiro de 2010,com a participação de 20 crianças da comunidade.
- \* Cinema na praça Aconteceu nos dias 29, 30 e 31 de janeiro de 2010, em parceria da Secretária de Cultura do Municipio, com a participação de toda a comunidade.
- \* Hasteamento a Bandeira Nacional -- No dia 20 de abril de 2010, com a participação das crianças do Projeto e Comunidade.
- \* Cominicação e Cultura Palestra realizada no dia 01 de maio de 2010, proferida pelo Pró Reitor da UVA, Professor Leunam Gomes, com a participação dos professoares do Projeto e Convidados.
- \* Aniversário do município 219 anos. Aconteceu no dia 12 de maio de 2010, caminhada dos Mestres e Griôs, com a participação das crianças do Projeto até a praça Guaraci Centro.
- \* Curso de Violão e Flauta doce. Aconteceu no período de 10 a 12 de junho de 2010, com parcerias da FUNART e ECOA Sobral Ce, participaram do curso, músicos do município e das cidades de Croatá, São Benedito e Ipú.
- \* Oficina de criação Musical "Casulinho". Aconteceu nos dias 19, 20 e 21 de julho de 2010, em parcerias com Prefeitura Municípal e Secretária da Cultura do Estado do Ceará, oferecida para comunidade em geral Guaraciabense, Canto Coral e violão.
- \* Dança Moderna e Contemporânea. Teve início no dia 04 de setembro de 2010, para 20 jovens da comunidade em duração de 2 anos.
- \* 07 de Setembro Desfile cívico com às crianças do Projeto e participação dos monitores e alguns familiares das crianças, percorrendo as ruas do Centro.

- \* Cursode de produção Musical No período de 20 à 23 de outubro de 2010, em parceria com a SECULT, com a participação de 5 jovens da comunidade.
- \* Dia da Cultura No dia 06 de novembro de 2010, aconteceu o cortejo "Marmota Brinacante", que percorreu as principais ruas do Centro da Cidade com às crianças do Projeto.
- \* Dia da Bandeira Nacional No dia 19 de novembro de 2010, aconteceu o hasteamento a Bandeira com as crianças do Projeto e monitores, no pátio enfrente a ACAP.
- \* Dramista No dia 18 de dezembro de 2010, aconteceu a apresentação das dramistas, na sede da ACAP.
- \* Apresentação de Dança Moderna e Contemporânea No dia 19 de dezembro de 2010, com os jovens do Projeto, no Grêmio recreativo e Cultural de Guaraciaba do Norte, com a presença de toda a comunidade.
- \* Dia da Consciência Negra No dia 20 de dezembro de 2010, aconteceu a apresentação do Cortejo Marmota Brincante com as crianças do projeto, na Praça do Guaraci Centro.

Guaraciaba do Norte - Ce, 19 de abril de 2011.

João Baysia Agapito Melo

Presidente da ACAP

CPF: 018.299.683-27



#### Associação Cultural Arte na Praça — ACAP (De Utilidade Pública-Lei Municipal 715/2001) "Educando para a Cidadania" CNPJ: 04.047.109/0001-35



#### **PONTO DE CULTURA**

# RELATÓRIO FINANCEIRO EXERCÍCIO DE 2010

DESPESA	VALOR (R\$)		
Luz	R\$ 1.943,29		
Água	R\$ 273,13		
Aluguel	R\$ 3.600,00		
Alimentação	R\$ 12.480,00		
Material de limpeza	R\$ 360,00		
Auxílio Financeiro	R\$ 6.600,00		
Pagamento Pessoal (Professores)	R\$ 26.726,80		
TOTAL	R\$ 51.983,22		

Guaraciaba do Norte - Ce, 19 de abril de 2011.

João Batista Agapito Melo

Presidente da ACAP

CPF: 018.299.683-27

Luis Veloso Lemos

2º Membro Conselho Fiscal

CPF: 141.934.423-49



Nº 88 428 236

Associação Cultural Arte na Praça — ACAP (De Utilidade Pública-Lei Municipal 715/2001) "Educando para a Cidadania" CNPJ: 04.047.109/0001-35



#### **PONTO DE CULTURA**

#### **RELATÓRIO DE RECEITAS - 2010**

No corrente ano de 2010, foi repassado pela Secretaria da Cultura do Estado do Ceará – SECULT, o montante de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) para o desenvolvimento do Projeto Arte na Praça. Seu valor total e de R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais) e atualmente em fase de execução conforme convênio nº 032/2009, processo nº 08580997-7, celebrado entre o Estado do Ceará através do SECULT e a Associação Cultural Arte na Praça – ACAP.

Declaramos que estes recursos são utilizados somente na execução do Projeto Arte na Praça – PAP, conforme Plano de Trabalho.

João Batista Agapito Melo
Presidente da ACAP

CPF: 018.299.683-27

Luis Veloso Lemos

2º Membro Conselho Fiscal

CPF: 141.934.423-49

FZLM 02

PRECOMERCIARITO
DE FINANDES

RECOMBECHARITO
DE FINANDES



#### Associação Cultural Arte na Praça – ACAP (De Utilidade Pública-Lei Municipal 715/2001) "Educando para a Cidadania" CNPJ: 04.047.109/0001-35



#### PONTO DE CULTURA

# **DECLARAÇÃO DE SUBVENÇÃO**

Declaramos para os devidos fins, que a Associação Cultural Arte na Praça – ACAP, não recebeu quaisquer doações de órgãos públicos ou privados no decorrer do exercicio de 2010.

Guaraciaba do Norte - Ce, 19 de Abril de 2011.

João Batista Agapito Melo

Presidente da ACAP

CPF: 018.299.683-27



Associação Cultural Arte na Praça – ACAP (De Utilidade Pública-Lei Municipal 715/2001) "Eduçando para a Cidadania" CNPJ: 04.047.109/0001-35



**PONTO DE CULTURA** 

#### DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins, para fazer prova junto a Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, no processo de solicitação de Utilidade Pública Estadual, que o Relatório de Atividades e o Balanço Anual de 2010, da Associação Cultura Arte na Praça - ACAP, foram afixados no Quadro Geral da instituição de fácil acesso a comunidade, a fim de que todos possam ter ciência dos trabalhadores desenvolvidos por esta Organização não governamental, conforme preceitua o 2º do artigo 2º da Lei Estadual nº 12.554, de 27 de dezembro de 1995 e publicada no Diário Oficial do Estado, no dia 06 de fevereiro de 1996.

Guaraciaba do Norte - Ce, 19 de Abril de 2011.

De acordo:

João Batista Agapito Melo

Presidente da ACAP

CPF: 018.299.683-27

Luis Veloso Lemos

2º Membro Conselho Fiscal

CPF: 141.934.423-49

DE PINALA

BB 428.234

ide Oliveira Fernat no de Oliveira Fernandes-Substitut 45 COM O SELO DE AUTENTICIDA?

CARTORIO FERNANDES Raimunda Maria de O. Fernandes Guaraciaba do Noria - CE



Associação Cultural Arte na Praça - ACAP (De Utilidade Pública-Lei Municipal 715/2001) "Educando para a Cidadania" CNPJ: 04.047.109/0001-35



#### **PONTO DE CULTURA**

#### ATESTADO DE IDONEIDADE MORAL

Atesto junto a Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, para o pedido do Título de utilidade Pública Estadual, que os seguintes dirigentes da Associação Cultural Arte na Praça — ACAP, ao Sr. João Batista Agapito Melo, CPF: 018.299.683-27; Sra. Maria Ximenes Alves, CPF: 300.655.503-15, e Sra. Maria de Lourdes de Sousa feitosa, CPF: 665.117.047-34, são pessoas de conduta ilibadas e idoneidade moral comprovadas.

Guaraciaba do Norte - Ce, 19 de Abril de 2011.

A Official dos Agostinia dos Recoletos



Associação Cultural Arte na Praça – ACAP (De Utilidade Pública-Lei Municipal 715/2001) "Educando para a Cidadania" CNPJ: 04.047.109/0001-35



**PONTO DE CULTURA** 

#### ATESTADO DE IDONEIDADE MORAL

Atesto junto a Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, para o pedido do Título de utilidade Pública Estadual, que os seguintes dirigentes da Associação Cultural Arte na Praça — ACAP, ao Sr. João Batista Agapito Melo, CPF: 018.299.683-27; Sra. Maria de Lourdes de Sousa feitosa, CPF: 665.117.047-34, Sra. Noremaura Costa Lima, CPF: 040389233-39, Sra. Maria Ximenes Alves, CPF: 300.655.503-15, Sr. Luiz Bezerra de Sousa, CPF: 936699337-00, Sra. Masciane Rodrigues Ribeiro, CPF: 962963053-20, Sr. Luis Veloso Lemos, CPF: 141934423-49, Helena Severlano de Souza, CPF: 247451703-00, Sra. Antônia Noelia Agapito, CPF:014397463-70, Sr. Luis Carlos Albuquerque Alves, CPF: 031263083-25 e Sr. João Paulo Fontinele de Sousa, CPF: 031387343-75, são pessoas de conduta ilibadas e idoneidade moral comprovadas.

Guaraciaba do Norte – Ce, 27 de April de 2011.

A consum pass Augustamentos Mexicentes <sup>1)</sup> Polyfincia de São Micolau de Tolentino

dtar dar kunias des dissile dias de mis de resumbres de dois mil e des da Americas **AUTENTICAÇÃO** ₩ EI 160.440 DO SOMBITE COM O EELO DE AUTEMICE

ta da Assembleia Eleval Latroration os presentes: Atonio Kinato Barb AIMWW DJ ひともりと A presente fotocócia confere com a original exibida nestas notas. Dou 16. 2 0 400 201 \+ **/** ASP 2011 03 **AUTENTICAÇÃO** M FI 160.439 PROTOCOLO N TI AC 929132 1. 1 d.



A	Associa	ção	Cultural	Arte	na	Praça
---	---------	-----	----------	------	----	-------

Ref.: A Renúncia do Cargo de 1ª Tesoureira

Comunico a todos que faz parte da Associação Cultural Arte na Praça, minha renúncia ao cargo de 1ª Tesoureira que ocupo desde 15 de maio de 2009 e tem validade até 15 de maio de 2011, ao ensejo, apresento minhas desculpas.

Sem mais para o momento, subscrevo-me,

Atenciosamente,

Nanci Ribeiro Santiago 35849934-3 – SSP-SP Tesoureira

# Guaraciaba do Norte 11 de maio de 2010



Ao Ponto de Cultura Arte na Praça

Ref.: A Renúncia do Cargo de Presidente

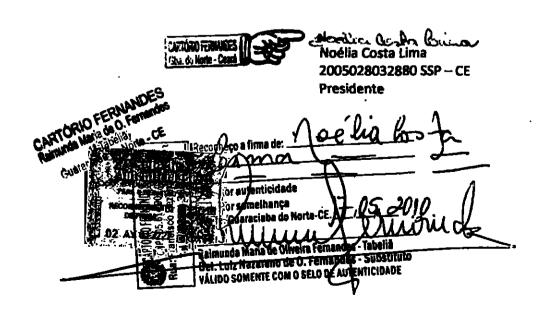
Comunico à todos que fazem parte do Ponto de Cultura Arte na Praça, minha renúncia ao cargo de Presidente que ocupo desde 15 de maio de 2009 e tem validade até 15 de maio de 2011.

Na oportunidade, informo que as razões que me levaram a esta decisão são de cunho pessoal.

Assim sendo, ratifico minha renúncia ao cargo de Presidente da Associação Cultural Arte na Praça e ao ensejo, apresento minhas desculpas.

Sem mais para o momento, subscrevo-me,

Atenciosamente,



# DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA CONCESSÃO DE TÍTULO DE UTILIDDE PÚBLICA ESTADUAL

×	Comprovante que possui personalidade jurídica própria através de cópia autenticada do Certidão de Registro de Pessoa Jurídica, fornecida pelo Cartório que averbou o Registro.
X	Atestado que comprove o efetivo funcionamento, no mínimo, pelo período de um ano antes da data do pedido do Título de UP e que tem obedecido os Estatutos durante o período.
, ,	Documento fornecido pelo F.C.O.S.C (Fichário Central de Obras Sociais do Ceará ou F.A S. (Fundação Ação Social) ou Promotor de Justiça, Delegado de Polícia, Juiz de Direito ou Pároco da cidade atestando o tempo de funcionamento da Instituição requerente, (no mínimo de um ano antes da data do pedido). (Documento Original)
	Xerox (autenticada) do Estatuto que:
	🔀 a) comprovem que os cargos de diretoria e conselho fiscal não são remunerados.
	b) comprove que a Entidade não distribui lucros, bonificação ou vantagens a dirigentes, mantedores ou associados sob nenhuma forma ou pretexto.
	c) comprovem que, em caso de dissolução, seu patrimônio será incorporado ao de uma outra Entidade congênere ou irá para o Poder Público.



Apresentar relatórios\* circunstanciados (detalhados) dos serviços que houverem prestado à coletividade (relatórios anuais ou mensais) durante um ano antes da data do pedido do Título de UP.

\*Anexar atestado do Conselho Fiscal ou Curador dando conta da notificação aos membros ou afixação dos seus relatórios e demonstrativo de receita e da despesa — Modelo em Anexo

Apresentar demonstrativo de receita e da despesa realizadas no período de um ano anterior à data do pedido do Título de UP.

Caso já tenha sido subvencionada (tenha recebido subvenções sociais) apresentar prestação de contas das subvenções e auxílios do Poder Público recebidos.

Apresentar atestado de idoneidade moral e de ilibada conduta de seus dirigentes e conselho fiscal; atestado este fornecido pela Secretaria de Segurança Pública, Juiz de Direito, Promotor de Justiça ou por um Pároco.



LEI N° 12,554, DE 27.12.95 (DO 06.02.96)

Dispõe sobre a Concessão de Título de Utilidade Pública à Instituição de Natureza Privada e revoga as Leis N°s 10.044/76 e 10.616/81.

#### O GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ

FAÇO SABER QUE A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DECRETOU E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

- Art. 1º A concessão de reconhecimento de Utilidade Pública às sociedades civis, associações com atividade social, recreativa ou esportiva, instituições filantrópicas, de pesquisas científicas e fins culturais; e fundações constituídas no Estado do Ceará, poderão ser declaradas de Utilidade Pública, obedecendo as normas estabelecidas nesta Lei.
- Art. 2° A concessão de utilidade pública far-se-á àtravés de Lei Estadual, devendo a entidade interessada, com a finalidade de instruir a respectiva proposição legislativa, fazer prova de que:
- a) Possui personalidade jurídica própria, comprovada pela Certidão de Registro de Pessoas Jurídicas, fornecida pelo cartório em que se averbou o registro;
- b) Permaneceu em efetivo e contínuo funcionamento, durante um ano imediatamente anterior, com a exata observância dos estatutos, e cujo atestado deverá ser fornecido pelo Fichário Central de Obras Sociais do Ceará F.C.O.S.C., da Fundação Ação Sociai F.A.S., ou autoridade competente, quais sejam: Promotor de Justiça, Delegado de Polícia, Prefeito, Juiz de Direito e Pároco da Cidade, que especificará o tempo em que a entidade está em plena atividade;
- c) Pelos estatutos, legalmente reconhecidos, não são remunerados, por qualquer forma, os cargos de diretoria e conselho fiscal; não distribui lucros, bonificações ou vantagens a dirigentes, mantenedores ou associados, sob nenhuma forma ou pretexto; e, em caso de dissolução, seu patrimônio será incorporado ao de outra entidade congênere ou ao Poder Público;
- d) As entidades, mesmo que ainda não declaradas de utilidade pública, ficam obrigadas a fornarem público os relatórios cincunstanciados dos serviços que houverem prestado à coletividade, no ano anterior à formulação do pedido, acompanhados do demonstrativo da receita e da despesa realizadas no período, ainda que não tenham sido subvencionadas; e, se subvencionadas, apresentarem prestação de contas dás subvenções e auxílios do Poder Público recebidos no período;
- e) Seus dirigentes e conselheiros fiscais sejam portadores de ilibada conduta e idoneidade moral comprovadas.
- § 1° O Atestado de Funcionamento, exigido na Alínea "b", deverá ser anexado em original.
- § 2º A publicação de que trata a Alínea "d" far-se-á mediante notificação ou afixação dos seus relatórios e balancetes em local habitual, de fácil acesso ao conhecimento da comunidade representada.

§ 3° - O atestado de idoneidade deverá ser fornecido pela Secretaria de Segurança Pública - SSP, ou por um Juiz de Direito, ou por um Promotor de Justiça, ou por um pároco.

§ 4º - Na falta de quaisquer dos documentos enumerados neste Artigo, será concedido um prazo máximo de 30 (trinta) dias para que a entidade os apresente na sua totalidade, contados a partir de notificação dada pelo Departamento Legislativo. Findo tal prazo, em caso de não apresentação dos documentos enumerados neste Artigo, o processo será arquivado.

Art. 3º - Denegado o pedido, não poderá ser renovado antes de decorridos 02 (dois) anos, a contar da data da publicação do despacho denegatório.

Parágrafo Único - Do denegatório do pedido de declaração de utilidade pública caberá reconsideração, dentro do prazo de 120 (cento e vinte) dias, contados da publicação.

- Art. 4° As sociedades, associações ou fundações declaradas de utilidade pública farão registro, em livro especial, de acesso público, da Secretaria do Trabalho e Ação Social do Estado do Ceará, que se destinará, também, à averbação das remessas de relatórios, a que se refere o Artigo 5°.
- Art. 5° As entidades declaradas de utilidade pública salvo motivo de força maior, devidamente, comprovado, a critério da autoridade competente, ficam obrigadas a apresentar, até o dia 30 de abril de cada ano, à Secretaria do Trabalho e Ação Social, relatório circunstanciado dos serviços que houverem prestado à coletividade no ano anterior, devidamente comprovado no demonstrativo das receitas e das despesas realizadas no período, ainda que tenham sido subvencionadas pelo Poder Público.
- Art. 6° As entidades já detentoras de título de utilidade pública deverão, no prazo de 90 (noventa) dias, da publicação desta Lei, fazer sua inscrição na Secretaria do Trabalho e Ação Social, a fim de habilitarem-se aos posteriores auxílios e subvenções concedidos pelo Poder Público.
  - Art. 7º Será cassada a declaração de utilidade pública, da entidade que:
- a) Deixar de apresentar, durante 02 (dois) anos consecutivos, relatório a que se refere o Artigo 5°:
  - b) Negar-se a prestar serviço compreendido em fins estatutários;
- c) Retribuir, por qualquer forma, os membros de sua diretoria e conselho fiscal, ou conceder lucros, bonificações ou vantagens a dirigentes, mantenedores ou associados, sob qualquer forma ou pretexto:
- d) Deixar de fazer a inscrição na Secretaria do Trabalho e Ação Social, na forma estabelecida no Artigo 6°.
- Art. 8º A cassação da utilidade pública será feita em processo, instaurado "ex officio", pela Secretaría do Trabalho e Ação Social, ou mediante representação documentada.

Parágrafo Único - O Pedido de reconsideração do decreto que cassar a declaração de utilidade pública não terá efeito suspensivo.

Art. 9° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, aos 27 de dezembro de 1995.

TASSO RIBEIRO JEREISSATI



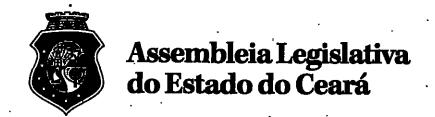


PROJETO DE LEI Nº	69/11	•	·
AUTORIA:	DEPUTADO MOÉSIO LOIOLA		

AO (Å) Dr. (A) Francisco Giovanni Felismino Leite, para, com assessoria da Dra Jacqueline Quezado Gonçalves, proceder análise e emitir parecer.

Fortaleza, 06 de maio de 2011.

Francisco José Mendes Cavalcante Filho Diretor da Consultoria Técnico - Jyrídica





#### <u>PARECER</u>

Submete-se à apreciação da Procuradoria desta Casa de Leis, com esteio no Ato Normativo 200/96, em seu art. 1º, inciso V, a fim de emitir-se parecer técnico quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade e regimentalidade, o Projeto de Lei nº 69/2011, de autoria do Excelentíssimo Senhor Deputado Moésio Loiola, que Considera de Utilidade Pública a Associação Cultural Arte na Praça de Guaraciaba do Norte.

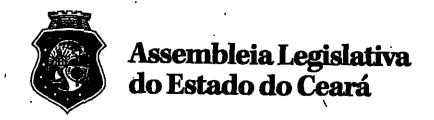
#### DO PROJETO

Dispõem os artigos da presente propositura:

"Art. 1º É considerada de utilidade pública a Associação Cultural Arte na Praça de Guarabiaba do Norte, associação civil sem fins lucrativos.

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação".

#### ASPECTOS LEGAIS





A Lex Fundamentalis, em seu bojo, estabelece o seguinte:

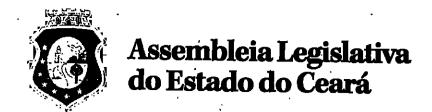
"Art. 18. A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos desta Constituição".

Dispõe, outrossim, a Carta Magna Federal, em seu art. 25, § 1°, "in verbis":

"Art. 25. Os Estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, observados os princípios desta Constituição.

§ 1º. São reservadas aos Estados as competências que não lhes sejam vedadas por esta Constituição".

A Constituição do Estado do Ceará, por sua vez, estabelece em seu artigo 14, inciso I, "ex vi legis":





"Art. 14. O Estado do Ceará, pessoa jurídica de direito público interno, exerce em seu território as competências que, explícita ou implicitamente, não lhe sejam vedadas pela Constituição Federal, observados os seguintes princípios:

I – respeito à Constituição Federal e à unidade da Federação"

#### DA INICIATIVA DE LEIS

A iniciativa de leis está prevista no art. 61 da Constituição Federal, e art. 60, inciso I, da Carta Magna Estadual, <u>in verbis:</u>

"Art. 60. Cabe a iniciativa de leis: .

I- aos deputados estaduais"

#### DO PROCESSO LEGISLATIVO

No que concerne a projeto de lei, assim dispõe o art. 58, inciso III, da Carta Magna Estadual, in verbis:





"Art. 58. O processo legislativo compreende a elaboração de:

. (....)

III — leis ordinárias"

Da mesma forma, estabelecem os artigos 196, inciso II, alínea "b", e 206, inciso II do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará (Resolução 389 de 11/12/96 - D.O. 12.12.96), respectivamente, abaixo:

"Art. 196. As proposições constituir-se-ão em:

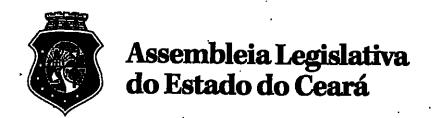
(....)

II - projeto:

(....)

b) de lei ordinária;

(....)





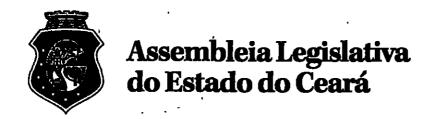
Art. 206. A Assembléia exerce a sua função legislativa, além da proposta de emenda à Constituição Federal e à Constituição Estadual, por via de projeto:"

*(....)* 

II – de lei ordinária, destinado a regular as matérias de competência do Poder legislativo, com a sanção do Governador do Estado"

## DAS COMPETÊNCIAS e DA MATÉRIA

Na Constituição pátria são enumerados os poderes (competências) da União, cabendo aos Estados os poderes remanescentes. È bem verdade que cabem aos Estados não só as competências que não lhes sejam vedadas, mas também as enumeradas em comum com a União e com os Municípios (artigo 23), assim como a competência exclusiva referida no artigo 25, parágrafos 1º e 2º da Carta Magna Federal. Desta forma, entende-se que os Estados podem exercer em seu território as competências que, explícita ou implicitamente, não lhe sejam vedadas pela Carta Magna Federal, observando-se certos princípios constitucionais.





Vale ressaltar ainda que a competência acima citada é remanescente ou residual, ou seja, remanesce aos Deputados Estaduais a iniciativa de assuntos não atribuídos aos legitimados nos demais incisos do mencionado artigo (Art. 60, incisos II, III, IV,V e VI, §2º e suas alíneas) Tampouco trata de matéria relacionada à competência privativa do Chefe do Executivo, especificamente as elencadas no art. 88, incisos III e IV, da Constituição Estadual.

Isto posto, concluímos que não há nada que obste ao Legiferador Estadual a iniciativa legislativa sobre a matéria em questão.

Ademais, o Projeto de Lei em análise encontra esteio jurídico na Constituição Federal, na Constituição do Estado e na lei Estadual nº. 12.554 de 27/12/95, que regulamenta a matéria.

A referida lei dispõe sobre a Concessão de Título de Utilidade Pública à Instituição de Natureza Privada.

Estabelece o art. 1º da lei acima mencionada:

"Art.1°.A concessão de reconhecimento de Utilidade Pública às Sociedades Civis, Associações com atividade social, recreativa ou esportiva, instituições filantrópicas, de pesquisas "Art. 1°. A



# Assembleia Legislativa do Estado do Ceará



PARECER N° LO. 0154/2011 PROJETO DE LEI N° 69/2011 AUTORIA: DEPUTADO MOÉSIO LOIOLA MATÉRIA: CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO CULTURAL ARTE NA PRAÇA DE GUARACIABA DO NORTE.

concessão de reconhecimento de Utilidade Pública às sociedades civis, associações com atividade social, recreativa ou esportiva, instituições filantrópicas, de pesquisas científicas e fins culturais; fundações constituídas no Estado do Ceará, poderão ser classificadas de Utilidade Pública, obedecendo às normas estabelecidas em lei."

Após exame da documentação acostada, constatamos que a presente propositura encontra-se em conformidade com os preceitos da referida lei que dispõe acerca da concessão de título de utilidade pública, senão vejamos:

- "Art. 2º. A concessão de utilidade pública farse-á através de Lei Estadual, devendo a entidade interessada, com a finalidade de instruir a respectiva proposição legislativa, fazer prova de que:
- a) Possui personalidade jurídica própria, comprovada pela Certidão de Registro de Pessoas Jurídicas, fornecida pelo cartório em que se averbou o registro (ver fls. 19);



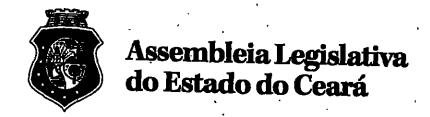


PARECER N° LO. 0154/2011 PROJETO DE LEI Nº 69/2011

AUTORIA: DEPUTADO MOÉSIO LOIOLA

MATÉRIA: CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO CULTURAL ARTE NA PRACA DE GUARACIABA DO NORTE.

- b) Permaneceu em efetivo e contínuo funcionamento, durante um ano imediatamente anterior, com exata observância dos estatutos, e cujo atestado deverá ser fornecido pelo Fichário Central de Obras Sociais do Ceará F.C.O.S.C., da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social STDS., ou autoridade competente, quais sejam: Promotor de Justiça, Delegado de Polícia, Prefeito, Juiz de Direito e Pároco da Cidade, que especificará o tempo em que a entidade está em plena atividade; (ver fls. 20);
- c) Pelos estatutos, legalmente reconhecidos, não são remunerados, por qualquer forma, os cargos de diretoria e conselho fiscal; não distribuiu lucros, bonificações ou vantagens a dirigentes, mantenedores ou associados, sob nenhuma forma ou pretexto (ver fls. 30, art.25 do Estatuto da Associação); e, em caso de dissolução, seu patrimônio, será incorporado ao de outro congênere ou ao Poder Público





(ver fls. 31 , art. 31 do Estatuto da Associação);

- d) As entidades, mesmo que ainda de utilidade declaradas pública. ficam obrigadas a tornarem público os relatórios, circunstanciados dos serviços que houverem prestado à coletividade, no ano anterior à . formulação do pedido (fis. 37 acompanhados do demonstrativo da receita e da despesa realizadas (fls. 39) no período, ainda que não tenham sido subvencionadas; e, se subvencionadas, apresentarem prestação ^ de contas das subvenções e auxílios do Poder Público recebidos no período;
- e) Seus dirigentes e conselheiros fiscais sejam portadores de ilibada conduta e idoneidade moral comprovadas (ver fls. 43 e 44 );
- § 1º O Atestado de Funcionamento, exigido na alinea "b", deverá ser anexado em original (ver fl. 20);





> § 2º - A publicação de que trata a alínea "d" farse-á mediante notificação ou afixação dos seus relatórios e balancetes em local habitual, de fácil acesso ao conhecimento da comunidade representada;

§ 3° - O atestado de idòneidade deverá ser fornecido pela Secretaria de Segurança Pública – SSP, ou por um Juiz de Direito, ou por um Promotor de Justiça, ou por um <u>Pároco</u>." (grifos nossos) (ver fls. 43 e 44)

Desta feita, verifica-se, após o presente estudo, a inexistência de quaisquer óbices de natureza legal ou regimental para a concessão do Titulo de Utilidade Pública a Associação Cultural Arte na Praça de Guaraciaba do Norte.





## **CONCLUSÃO**

Face ao todo exposto, por estar a propositura em análise em conformidade com os ditames constitucionais e legais, bem como de acordo com o que determina a Lei nº 12. 554, de 27 de dezembro de 1995, somos pelo PARECER FAVORÁVEL ao regular trâmite do projeto em tela.

É o parecer, salvo melhor juízo.

CONSULTORIA TÉCNICO-JURÍDICA DA **PROCURADORIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ**, em Fortaleza, 06 de maio de 2011.

Francisco Giovanni Felismino Leite

Consultor Técnico-Jurídico

Assessorado por:

Jacqueline Quezado Gonçaives



# Assembleia Legislativa do Estado do Ceará



PROJETO DE LEI Nº	69/2011
DEPUTADO (A)	MOÉSIO LOIOLA

De acordo.

À consideração do Senhor Coordenador

Fortaleza, 06 de maio de 2011.

Diretor da Consultoria Técnico Juridica

De acordo.

À consideração do Senhor Procurador

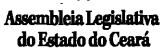
Fortaleza,06 de maio de 2011.

WALMIR ROSA DE SOUSA

Coordenador das Consultorias Técnicas

Reno Ximenes Pointe PROCURADOR







MATÉRIA: Crojeto de Sei	_nº 69	/2011
DESIGNO RELATOR O SR. DEP. PROFESSOR	teopono	
Comissão de Justiça, em 24 de Marco	de 2011	
		•
PARECER Jonne.		
		<del>·.</del>
	<del></del>	
	_ <del></del>	
In The for	. ` ·	•.
RELATOR		
POSTCÃO DA COMISSÃO. As a serial 1		
POSIÇÃO DA COMISSÃO: Aprovada		<del></del>
	· -	_ <del></del>
Comissão de Justiça, em 25 de $\sim$	70180	_de 2011
Jergis Afra	· CCIB	

APROVADO EM DISCUSSÃO INICIAL
EIR O2 de JUMA de 2011

APROVADO EM DISCUSSÃO FINAL

Em. OZ do Junho de 2011



## REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 69/11

CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO CULTURAL ARTE NA PRAÇA – ACAP, NO MUNICÍPIO DE GUARACIABA DO NORTE.

### A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ

#### DECRETA:

Art. 1º É considerada de Utilidade Pública a Associação Cultural Arte na Praça - ACAP, associação civil sem fins lucrativos, com sede na Rua Tenente Matias nº 135, Bairro Centro, no Município de Guaraciaba do Norte, no Estado do Ceará.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 2 de junho de 2011.

Seigio Aguin	PRESIDENTE
	RELATOR
	<u>_</u>
	_ <u>_</u>





AUTÓGRAFO DE LEI NÚMERO CINQUENTA E SEIS

CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO CULTURAL ARTE NA PRAÇA – ACAP, NO MUNICÍPIO DE GUARACIABA DO NORTE.

#### 'A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ

#### DECRETA:

Art. 1º É considerada de Utilidade Pública a Associação Cultural Arte na Praça - ACAP, associação civil sem fins lucrativos, com sede na Rua Tenente Matias nº 135, Bairro Centro, no Município de Guaraciaba do Norte, no Estado do Ceará.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 2 de junho de 2011.

DEP. ROBERTO CLÁUDIO

PRESIDENTE

DEP. DR. SARTO

1.º VICE-PRESIDENTE

DEP. TIN GOMES

2.º VICE-PRESIDENTE

\_DEP. JOSÉ ALBUQÜERQUE

1.º SECRETÁRIO

**DEP. NETO NUNES** 

2.º SECRETÁRIO

DEP. JOÃO JAIME

3.º SECRETÁRIO

**DEP. TEO MENEZES** 

4.º SECRETÁRIO

PROVIDENCIADO O AUTÓGRAFO DE LEI Nº 156 DE 2/6/4	LEI Nº 14 941 de 2216 14 FUBLICADA EM 5 17 14	હ
ARQUIV DIV. EXP. LEG	EGISLATIVO ,	
EMM CANAGE		
	•	

.

•